



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional
VI Colóquio Internacional
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**15 a 18
outubro
2019**

PATRIMÔNIO HISTÓRICO: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

Hércules Souza de Carvalho
Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR), Brasil
Endereço eletrônico: dm.hercules.souza@gmail.com

Argemiro Ribeiro de Souza Filho
Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR), Brasil
Endereço eletrônico: argemiro@fainor.com.br

INTRODUÇÃO

O Patrimônio Histórico edificado consiste no registro, por meio de obras arquitetônicas, da história, identidade e cultura de uma cidade, estado e nação, dito isso é crível considerar que sendo assim toda cidade possui seu centro histórico, seu local de surgimento, normalmente localizado próximo à igreja matriz, sendo uma região onde se encontra as construções mais antigas do local (BRAGA; SOUZA FILHO, 2017, p. 1680).

Reconhecido ou não, esse centro histórico é, normalmente, detentor dos mais relevantes patrimônios edificados de um local, a partir dos quais, tiramos a capacidade de criar ou ressignificar a memória, provocando a competência do pertencimento da sociedade para com a sua localidade de origem, exaltando o valor simbólico que aquelas obras ou lugares possuem para com a afirmação da hegemonia de um país enquanto Estado-Nação (LINO, 2010).

O método utilizado na presente pesquisa de iniciação científica, ainda em fase de desenvolvimento, tem sido o de revisão bibliográfica crítica exploratória. Espera-se que a partir das considerações aqui firmadas atingir os objetivos de analisar a importância do Patrimônio Histórico enquanto formador de uma identidade nacional através da ressignificação das memórias de um local, além de incitar reflexões acerca de movimentos genuinamente brasileiros que buscaram o resgate dos valores nacionais da arquitetura ou até mesmo, a criação de novos modelos, como no caso do Modernismo, iniciado em 1922 com a Semana de Arte Moderna (CARVALHO, 2018).



RESULTADOS E DISCUSSÕES

As relações em busca da manutenção e preservação do patrimônio edificado faz parte da história humana constando com relevantes evoluções das formas e nos parâmetros objetivados com essas normas com o passar dos anos. Tomando a Antiguidade como ponto inicial, vemos a elaboração de normas estatais, como o Édito dos Imperadores Valentiniano II (371-392), Teodósio (347-395) e Arcádio (377-395) que proibia a desfiguração e a avaria das características exteriores das edificações, por razões fundamentadas no anseio do lucro (LINO, 2010, p. 7).

Apesar dos esforços dos líderes de nações em busca da preservação de seu patrimônio edificado, viu-se a inexpressiva força de alcance dessas normas com o passar do tempo, não diferindo muito da realidade da Idade Média. Durante a Renascença, é que se registrou um avanço considerável na documentação de normas de proteção ao patrimônio edificado na Europa (LINO, 2010, p. 8). Durante a Renascença houve um momento de ressignificação das esteiras da civilização greco-romana, este estudo de ‘antiguidades’ revela o surgimento do conceito para classificar um conjunto de edifícios e/ou objetos como monumentos históricos (SOARES; SOUZA, 2014, p. 37).

Mais adiante, nos idos do século XIX, com o fortalecimento da ideia de Estado-Nação, é que surge o germe daquilo que chamamos hoje de preservação do patrimônio histórico, mesmo que esta correlação esteja sendo questionada devido a ampliação do conceito de patrimônio. Esse entendimento é defendido por Juliana Mendes Prata, ao considerar que “a ideia de nação, e por consequência de patrimônio, é relacionada a um compartilhamento de uma raiz comum, bem como a um território, um ancestral e uma cultura também comuns” (2009, p. 20).

Não por acaso, com o progresso do século XIX e início do XX, a maioria dos países europeus direciona esforços para a constituição primária de seus sistemas de normas e instituições próprias com fins de preservação do patrimônio histórico com o intuito de fortalecer a sua ascensão enquanto Estado-nação através da perpetuação da história edificada, de sua origem e identidade social.

Estas representações, preservado pelos órgãos institucionais consegue exercer um poder simbólico de dominação do Estado, através da criação de uma postura



nacionalista que visa resgatar os valores que construíram e constituem a identidade nacional através da valorização dos patrimônios históricos nacionais. Exemplificando tais simbolismos, pode-se discorrer com mais atenção este fato ao enumerar as possíveis funções de empoderamento estatal do acervo histórico:

1. reforçar a noção de cidadania, na medida em que são identificados, no espaço público, bens que não são de exclusiva posse privada, mas propriedade de todos os cidadãos, a serem utilizados em nome do interesse público. Nesse caso, o Estado atua como guardião e gestor desses bens;
2. ao partir da identificação, nos limites do Estado nacional, de bens representativos da nação [...] a noção de patrimônio contribui para objetivar, tornar visível e real, essa entidade ideal que é a nação, [...] A necessidade de proteger esse patrimônio comum reforça a coesão nacional;
3. os bens patrimoniais, [...] funcionam como documentos, como provas materiais das versões oficiais da história nacional, que constrói o mito de origem da nação e uma versão da ocupação do território, visando a legitimar o poder atual;
4. A conservação desses [...] é justificada por seu alcance pedagógico, a serviço da instrução dos cidadãos (FONSECA Apud LINO, 2010, p. 10-11).

Dito isso, é inevitável inferir, portanto, a partir das funções simbólicas do patrimônio histórico exercidos pelo Estado-Nação, discorridas por Fonseca, a estrita e inseparável importância dos bens patrimoniais na construção da identidade e história de um país, através da possibilidade de se reviver fatos notáveis para a biografia de um local por meio das inferências causadas pela vivência da população em meio às obras artísticas e arquitetônicas, desde que sejam usadas de forma a respeitar a sua capacidade de ser um “lugar de memória” (NORA Apud CARVALHO, 2018, p. 119).

Quando falamos estritamente do Brasil, podemos citar dois movimentos ideológicos que buscavam o resgate e afirmação de uma identidade genuinamente nacional, aproximando-se do empoderamento do país enquanto Estado-Nação, através de suas influências nos campos da arquitetura, arte e literatura, são eles o Neocolonial e o Modernismo.

O Neocolonialismo surge nos idos da década de 1914 com o objetivo de alcançar a reafirmação da arquitetura totalmente brasileira por meio do resgate e reinterpretação das características e modelos trazidos pelos portugueses e usados na arquitetura colonial (CARVALHO, 2018, p. 121), dentro os quais, temos a construção de importantes edifícios como o Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro.



Apesar de ter sido notavelmente desestruturado pelo o passar do tempo, o movimento Neocolonial consegue pôr em risco o uso quase obrigatório dos estilos estrangeiros empregados pela Escola de Belas Artes, isso faz com que surja, no campo ideológico, um novo caminho suscetível às novas experiências de um novo pensamento e estilo na arquitetura brasileira.

Tomando o caráter quase ambicioso, progressistas como Lúcio Costa (1902-1998) usam os preceitos neocoloniais como base para alcançar o amadurecimento das ideias daqueles que chamamos de vanguarda Modernista (CARVALHO E. Apud CARVALHO, 2018, p. 122). Adotando como base os objetivos desta pesquisa, a arquitetura brasileira, em especial, presencia um processo de criação de características totalmente autóctones ajudando na valorização e no surgimento de uma nova identidade nacional, que, porventura, vem a deixar grandes obras de relevância internacional no país, como os traços ousados e únicos de Oscar Niemeyer (1907-2012) e Lúcio Costa no planejamento dos edifícios e traçado urbano da cidade de Brasília.

Admite-se, portanto, a importância do Neocolonial como um instrumento ideológico para o alcance da conservação do patrimônio histórico nacional, já que sempre almejou a manutenção de referenciais da arquitetura do passado, além da clara influência sobre outras correntes de pensamento que criaram e fortaleceram uma icônica linguagem brasileira na arquitetura.

CONCLUSÕES

Após estudos da capacidade de analisar os patrimônios edificados enquanto “lugares de memória” a partir do ponto de vista de uma sociedade que almeja a sua consolidação enquanto Estado-nação, compreende-se a importância da preservação e manutenção das obras tombadas enquanto Patrimônio Histórico e Cultural de um país.

A sua relevância é dada, principalmente, no quesito de se criar uma história nacional devidamente embasada na sua origem através do resgate das lembranças e características daqueles que um dia passaram por ali. Reafirma-se, portanto, a importância da arquitetura Neocolonial, que com seus anseios de negação aos valores estrangeiros no país, cria um cenário favorável ao aparecimento da corrente ideológica mais marcante no Brasil, o Modernismo.



Os modernistas, com o objetivo da criação de uma linguagem totalmente diferenciada daquilo que se via na Europa, alcança o inegável e impressionante feito da criação de uma identidade nos campos dos pensamentos, artes e arquitetura no Brasil. Valorando a problematização e reinterpretação da identidade nacional iniciada nos idos de 1914, com os ideais neocolonialistas.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura e Urbanismo; Patrimônio Histórico; Identidade Nacional.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Mariana Viana; SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro de. A Praça como Patrimônio Histórico-Cultural: Um Estudo Sobre a Tancredo Neves em Vitória da Conquista – Ba. In: **XII Colóquio do Museu Pedagógico**, v.12, n. 1, 2017, Vitória da Conquista, Anais. Vitória da Conquista: Universidade Estadual da Bahia, 2017, v. 12, p. 1680-1685. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/cmp/issue/current>. Acesso em: 02 abr. 2018.

CARVALHO, H. S.; SOUZA FILHO, A. R. Algumas reflexões sobre o patrimônio histórico Neocolonial e suas relações com o Modernismo. In: Congresso de Arquitetura, Turismo e Sustentabilidade, 2018, Cataguases, MG. Anais do 4º Congresso de Arquitetura, Turismo e Sustentabilidade: sessões de comunicação, cursos e oficinas, visitas guiadas, palestras, 2018. Disponível em: http://www.catscataguases.com.br/cats2018/DVD/pdf/eixo2_008.pdf; ISSN/ISBN: 9788565351126.

LINO, Fernanda Noia da Costa. **A preservação do patrimônio cultural urbano: fundamentos, agentes e práticas urbanísticas**. Tese (Doutorado em Direito de Estado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 187. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-27012011-091914/>. Acesso em: 11 dez. 2018.

PRATA, Juliana Mendes. **Patrimônio Cultural e cidade: práticas de preservação em São Paulo**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, p. 183.